

DIMENSÕES DO RACISMO NA ESCOLA: CASO DA EEM DIONE MARIA BEZERRA PESSOA/CE

Dimensions of racism at school: case study of EEM Dione Maria Bezerra Pessoa/CE

Vitória Dávila Silva Lima ¹
Vitória de Lucena Pereira ¹
Raquel Garcia da Silva ²

RESUMO:

Esta pesquisa-ação pretende investigar o racismo na EEM Dione Maria Bezerra Pessoa nas perspectivas institucionais e estruturais, visando analisá-lo e combatê-lo para além de sua concepção individual. Com base nos conceitos de Silvio Almeida, essa investigação realiza-se a partir do levantamento de dados raciais da instituição e de uma análise qualitativa, comparando estatísticas entre os estudantes com maiores e menores índices numéricos a partir do desempenho acadêmico, frequência e comportamento; analisando o perfil racial dos líderes estudantis; examinando o conhecimento das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 pelos professores(as). Os resultados mostram que entre os estudantes com maiores índices a porcentagem de pretos (6,7%) corresponde à metade da média escolar (13,5%), e entre os com menores índices esse número torna-se quase cinco vezes maior (28,1%). No que se refere às lideranças estudantis, a quantidade de pretos (5,6%) também é inferior à média escolar (13,5%) e assemelha-se à média nacional (5,2%). Já referente aos(as) professores(as), percebe-se o desconhecimento total ou parcial da legislação. Com essas informações, foi possível provocar a

ABSTRACT:

This action research aims to investigate racism at EEM Dione Maria Bezerra Pessoa from institutional and structural perspectives, aiming to analyze and combat it beyond its individual conception. Based on the concepts of Silvio Almeida, this investigation is carried out by surveying the institution's racial data and qualitative analysis, comparing statistics between students with the highest and lowest numerical indices based on academic performance, attendance, and behavior; analyzing the racial profile of student leaders; examining teachers' knowledge of laws 10,639/2003 and 11,645/2008. The results show that among students with the highest rates, the percentage of black students (6.7%) corresponds to half the school average (13.5%), and among those with the lowest rates this number becomes almost five times higher (28.1%). Regarding student leaders, the number of blacks (5.6%) is also lower than the school average (13.5%) and is similar to the national average (5.2%). About teachers, there is a complete or partial lack of knowledge of the legislation. With this information, it was possible to provoke the school's management, teachers, and students to

1. Estudantes do 3º ano do Ensino Médio na EEM Dione Maria Bezerra Pessoa.

2. Graduada em História na Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora de História na EEM Dione Maria Bezerra Pessoa.

gestão, os(as) professores(as) e os(as) estudantes da escola a se verem em uma estrutura racista, que demanda uma posição ativa de combate.

see themselves within a racist structure, which demands an active combat stance.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. Racismo Institucional. Estudo de Caso.

Keywords: Structural Racism. Institutional Racism. Study of Case.

1. INTRODUÇÃO

A EEM Dione Maria Bezerra Pessoa é uma escola pública de ensino regular localizada em uma região periférica do município de Pacajus/CE. Em 2023, ela possuía 747 alunos organizados em 18 turmas, além de cerca de 30 professores. As turmas se dividem igualmente em dois turnos e turmas de 1º, 2º e 3º anos de Ensino Médio. Desde 2017, a escola se intitula como "cooperativa e solidária" por utilizar a metodologia e os princípios desse tipo de aprendizagem, estimulando a participação e a ajuda mútua entre os estudantes, visando reduzir as desigualdades de aprendizado e de comunicação dos estudantes que chegam à escola com diversas fragilidades.

Em 2023, seguindo a proposta da Secretaria de Educação do Estado, iniciou-se o ano adicionando o adjetivo "antirracista" à descrição de "escola cooperativa e solidária". Além da mudança no nome, outras ações aconteceram como uma formação introdutória sobre racismo com os professores na Jornada Pedagógica de janeiro, murais expositivos nos corredores da escola, algumas ações, como a "Copa das Nações Pan-africanas", além do compromisso de combater esse problema social dentro da instituição. No caso da copa, por meio de sorteio, as 18 turmas da escola foram ligadas a 18 países africanos ou de forte descendência africana para disputar jogos esportivos, danças, músicas também relacionadas a essa temática, além de conhecer e divulgar informações sobre seus respectivos países nas redes sociais.

Essas ações, obviamente, não impediram que episódios racistas acontecessem no cotidiano da escola, inclusive porque entende-se que o racismo não se restringe a manifestações individualistas, mas também é concebido de forma institucional e estrutural (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, o debate sobre esse tema tem se popularizado muito nos últimos anos, o que é de vital importância para uma sociedade justa e igual, porém, muitas vezes acaba sendo superficial por frequentemente entender o racismo apenas de forma individualizada, enquanto discriminação ou preconceito, como uma anomalia. No entanto, caso fosse realmente somente esse meio de manifestação, seria prontamente resolvido com sanções ou outros tipos de ações individuais.

Essa, todavia, não é a realidade. O racismo se manifesta de várias outras formas, sendo a escola um aparelho ideológico do Estado e um local reprodutor de uma série de desigualdades estruturais. Assim, essa instituição ajuda a perpetuar, institucionalmente, o racismo, enquanto um sistema de dominação política, seja pela prática, seja pela omissão (MESQUITA, 2019).

Inclusive, esta pesquisa tem sua importância no sentido de aprofundar as investigações sobre o racismo no ambiente escolar, buscando analisar suas dimensões institucionais e estruturais, que muitas vezes não são conhecidas por professores(as) e estudantes, além de não ter tanta visibilidade na mídia, nem mesmo em pesquisas científicas. Pressupõe-se, assim, que essas outras dimensões do racismo existem

no ambiente escolar, tendo em vista seu caráter estrutural, porém sabe-se muito pouco como elas se manifestam cotidianamente.

Dessa forma, é necessário investigar esse lugar, mapear como o racismo se constrói, se mantém e se manifesta, principalmente tendo em vista que a escola é a instituição pública de maior alcance do Estado e mais presente na sociedade. Desse modo, acredita-se na necessidade de pesquisar esse espaço, divulgar e utilizar os dados para orientar e aprimorar ações das instituições públicas e privadas na construção de uma rede estadual escolar plenamente antirracista.

Assim, o objetivo central desta pesquisa é analisar como o racismo se manifesta de forma estrutural e institucional na EEM Dione Maria Bezerra Pessoa. Para isso, delineou-se quatro objetivos específicos. Primeiramente, busca-se analisar as quantidades de alunos(as) brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas nas categorias de estudantes com maiores e menores índices numéricos a partir de parâmetros de frequência, nota e comportamento. Em seguida, segue-se para a investigação do racismo nas representações políticas estudantis da escola por meio do perfil racial dos líderes e vice-líderes eleitos. Além disso, faz-se o exame do conhecimento dos(as) professores(as) da escola sobre as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Por fim, teve-se como meta promover ações de combate e conscientização sobre as várias dimensões do racismo e de uma história e cultura afro-brasileira positiva na escola.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para realizar esta pesquisa, foi necessário buscar vários referenciais teóricos dessem o suporte conceitual e crítico que a investigação demandava. Para o conceito de raça, por exemplo, o entendimento é que raça é um conceito social e não biológico, uma vez que independentemente da cor, de características físicas ou local de origem, todos os seres humanos fazem parte da mesma raça humana. Isso significa que, do ponto de vista biológico, atualmente não existem várias "raças" humanas, no sentido de espécie, mas apenas uma. No entanto, o ponto de vista adotado nesta pesquisa é o social, já que por mais que raça não exista biologicamente, os sujeitos são "racializados" por meio de relações sociais e de poder (GOMES, 2005). No conceito de raça, opta-se por utilizar a autodeclaração e as mesmas categorias utilizadas de raça/cor pelo IBGE (2023): branco(a), pardo(a), preto(a), amarelo(a) e indígena.

Já para o entendimento de racismo, compreende-se como um sistema político de poder não nomeado por meio da racialização e subalternização de sujeitos, podendo ser entendido como sinônimo de supremacia branca global (MILLS *apud* MESQUITA, 2019). No entanto, é importante observar as peculiaridades do racismo brasileiro, como sua negação e suas contradições (GOMES, 2005), que se manifestam em uma sociedade que consegue perceber o racismo, mas não se enxerga racista, por exemplo, ou na minimização do racismo por conta da miscigenação violenta que aconteceu na história brasileira (RIBEIRO, 2019).

Ainda sobre o racismo enquanto sistema político de poder, entende-se que não se manifesta de forma única e óbvia. Assim, busca-se em Silvio Almeida (2019) a compreensão das concepções do racismo: individual, institucional e estrutural. Nessa primeira dimensão, o racismo é visto como um problema de um indivíduo ou um grupo de indivíduos, algo irracional e anormal. Na segunda, é visto como resultado de instituições que se construíram e que se mantém a partir da supremacia branca, principalmente o governo. Já na terceira, é visto como uma materialização das próprias estruturas sociais, de forma intrínseca, se

manifestando de diversas maneiras. Nessa pesquisa, o foco é na investigação do racismo institucional e estrutural por entender a escola como parte desse Estado e como reprodutor das estruturas sociais. Além disso, essas duas dimensões não são muito conhecidas por professores(as) e estudantes e não têm tanta visibilidade na mídia.

Por fim, para compreender aspectos específicos da educação antirracista e conceitos centrais dessa discussão, buscou-se Nilma Gomes em “Educação Antirracista” (2005). Com Djamila Ribeiro em “Pequeno Manual Antirracista” (2019), encontram-se reflexões sobre o racismo intrínseco aos sujeitos e caminhos para combatê-lo. Para envolver as questões da miscigenação e o lugar do “pardo” no Brasil, foi-se em “Colorismo” de Alessandra Devulsky (2021), livro referência na área e em “Nem preto, nem branco, muito pelo contrário” de Lilia Schwarcz (2012), grande autora para discutir historicamente raça e miscigenação no Brasil.

3. METODOLOGIA

De modo a atingir os objetivos estabelecidos e tendo em vista o curto prazo disponível de investigação do racismo institucional e estrutural, optou-se por uma pesquisa qualitativa que se dividiu em três partes. Para sua realização, foram feitas algumas escolhas teóricas e metodológicas que nortearam a coleta e a análise dos dados.

O paradigma de análise escolhido pelas autoras é o materialismo histórico, tendo em vista que tal perspectiva compreende os sujeitos da pesquisa como produtos e produtores da sociedade em que vivem (ALTMICKS, 2014), principalmente quando tem-se o recorte de raça, sendo o racismo um produto histórico feito por seres humanos e que também fez outros seres humanos.

Sobre a coleta de dados, o caminho escolhido foi o levantamento de dados a partir de um estudo de caso, uma vez que foi feito o recorte espacial e de sujeitos específicos de uma escola regular dentro de uma rede pública altamente diversificada e complexa, em que foi feito um aprofundamento e detalhamento de pesquisa sobre o tema nesse local (GIL, 2008).

Quanto aos níveis, a pesquisa se propõe a ser exploratória por buscar a aproximação de conceitos gerais do debate racial, a exemplo das dimensões do racismo de Silvio Almeida, da realidade de uma escola pública, buscando compreender como tais conceitos se aplicam no recorte local feito (GIL, 2008). Já quanto ao modelo, optou-se por uma pesquisa-ação, tendo em vista sua base empírica e sua associação com a resolução de um problema coletivo (THIOLLENT *apud* GIL, 2008). Isso inclusive dialoga com a práxis marxista do materialismo histórico no sentido de entendermos o pesquisador como alguém que vive determinada realidade, é capaz de analisá-la e, principalmente, agir sobre ela, causando-lhe transformação. (ALTMICKS, 2014).

Por fim, para a análise dos dados coletados, optou-se pela análise de conteúdo dos dados qualitativos uma vez que através coleta foi possível categorizar as informações e obter indicadores que permitissem inferências de conhecimento (BARDIN *apud* MINAYO, 2009). Em relação aos dados quantitativos, a análise orientou-se em uma perspectiva descritiva-exploratória simples, tendo em vista o levantamento, organização, tratamento estatístico produzindo tabelas e gráficos percentuais, e sua interpretação, buscando correlacionar os dados com a base teórica da pesquisa (CHIZZOTI *apud* GROPPPO; MARTINS, 2006).

A respeito das três etapas, a primeira foi entrevistar os professores diretores de turma (PDTs) e pedir que cada um indicasse 5 alunos com os maiores desempenhos de nota, melhor frequência e comportamento, e mais 5 com os menores desempenhos segundo os mesmos três parâmetros. Dessa forma, teve-se uma amostragem de 180 alunos, correspondendo a 24% do total de alunos matriculados. O intuito desse recorte era comparar dois extremos do perfil estudantil da escola e observar como as questões raciais perpassam os dois grupos.

Para isso, foi produzido e aprimorado um questionário via *Google Forms* de 20 perguntas que mapeassem o perfil do estudante mediante vários aspectos como cor/raça, gênero, renda, trabalho etc. As perguntas eram anônimas, visando preservar a identidade dos sujeitos e atender a aspectos éticos da pesquisa, e objetivas, tornando-as mais fáceis de responder. Para a aplicação, os alunos selecionados foram chamados durante seu turno de aula à biblioteca, onde eram explicados os objetivos da pesquisa e o caráter do questionário, em seguida, eles respondiam e retornavam às suas salas. Além disso, durante a aplicação do questionário, as autoras acompanhavam os(as) alunos(as) para tirar dúvidas sobre algumas perguntas.

Nesse processo, que durou cerca de um mês, muitos alunos(as) selecionados(as) não responderam à pesquisa por não comparecer à escola em nenhum dia. Nesses casos, alguns foram alcançados por meio de contatos telefônicos ou redes sociais, e outros foram realmente substituídos a partir de indicação do próprio PDT por outro estudante com perfil semelhante.

A segunda etapa consistia em entrevistar os líderes e vice-líderes das 18 turmas da escola. Esse público de 36 alunos constitui apenas 4% dos estudantes da escola, sendo a representação política estudantil das turmas e da própria escola, uma vez que juntos formam o grêmio. O objetivo dessa segunda análise era investigar se havia marginalização de negros enquanto representantes políticos, semelhantemente ao que acontece no parlamento brasileiro, por exemplo. A esse grupo, foi aplicado o mesmo questionário de 20 perguntas objetivas, via *Google Forms*, preparado para avaliar os estudantes com maiores e menores índices numéricos a partir de nota, frequência e comportamento da primeira etapa da pesquisa.

A terceira parte da pesquisa qualitativa tinha como público-alvo os professores da escola. Por meio dela, tinha-se como objetivo investigar a compreensão das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, tendo em vista que a ação educacional omissiva em desacordo com ambas as leis também representa formas de manifestação desse racismo estrutural e institucional (MESQUITA, 2019). Para esse grupo, foi preparado um novo questionário com perguntas objetivas e subjetivas, também via *Google Forms*, cujas questões passavam pelo conhecimento das leis, aplicação destas em sala, contato com formações de professores para uma educação antirracista, suporte por meio de material didático, dentre outras.

Por fim, para alcançar o quarto objetivo específico, entende-se a necessidade de uma metodologia de pesquisa-ação como já foi colocado, tendo em vista o envolvimento das autoras com a temática, havendo também o interesse em agir sobre o caso da escola que era pesquisada, buscando modificar tal realidade (GIL, 2008). Com isso, queria-se expor para professores(as) e estudantes as dimensões do racismo (ALMEIDA, 2019), bem como os resultados da pesquisa, com o intuito de mostrar que o racismo tem raízes mais profundas do que muitos imaginam, inclusive no ambiente escolar. Além disso, essa pesquisa tem como propósito contribuir para uma educação e uma escola pública plenamente antirracista.

Nesse sentido, planejaram-se algumas ações: um cine debate do filme "A mulher rei", por este representar uma história africana "positiva" que foge do campo do estereótipo e de apenas denúncia de racismo e por apresentar a cultura africana grandiosamente; e uma reunião com a gestão da escola para apresentar, disponibilizar e discutir os dados da pesquisa, com a intenção de melhorar as ações da escola nesse processo de combate à discriminação racial.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a realização dos questionários, que levou cerca de três meses, tem-se vários dados que possibilitam diversas interpretações e, principalmente, ações de combate ao racismo na escola. Ao todo, mais de 60 gráficos foram gerados a partir de todas as perguntas aplicadas, em que foram feitos recortes de análise tendo em vista as próprias limitações de pesquisa escolar e os objetivos das autoras. Como parâmetros comparativos, utilizou-se os dados do IBGE de 2022 e os dados gerais da escola coletados em entrevista prévia a 565 estudantes.

Na primeira etapa da pesquisa, que entrevistou os 5 estudantes com maiores e menores índices numéricos de cada turma, indicados pelo respectivo PDT a partir de parâmetros de nota, frequência e comportamento, o que chamou mais atenção das autoras foram as respostas da pergunta "1 – Como você autodeclara sua cor/raça?", cujas opções de resposta eram as mesmas do IBGE: branco(a), preto(a), pardo(a), amarelo(a) e indígena.

Durante a aplicação do questionário, já se percebeu em muitos entrevistados a falta de entendimento dessas categorias, uma vez que muitos estudantes não percebiam o "amarelo" como uma referência aos orientais e sim na categoria de "pardo", por exemplo. Além disso, foi possível se deparar com diversos estudantes desconcertados, confusos e incomodados olhando para a própria pele e questionando aos colegas qual seria sua cor. O posicionamento das autoras foi de tirar dúvidas sobre conceitos e orientar entendimentos a partir da fundamentação teórica desta pesquisa, para evitar o prejuízo aos dados coletados, mas também sem nunca responder diretamente, estimulando a perspectiva do IBGE de autodeclaração.

Outro fator percebido é como a miscigenação também afeta a autodeclaração, deixando o "pardo" muitas vezes em um "não-lugar" daquela pessoa que não considera ter traços europeus o suficiente para se considerar branca, nem traços africanos "o suficiente" para se autodeclarar preta. Ao mesmo tempo, observa-se vários sujeitos com características fenotípicas como pele clara, cabelos lisos, entre outros, se abrigando no campo "pardo", bem como sujeitos com a pele mais retinta, fugindo do "preto" e também se autodeclarando como "pardos". Isso novamente questiona as autoras sobre a dificuldade de se discutir e categorizar raça no Brasil, tanto pelo histórico de miscigenação, quanto pela falta de um letramento racial (DEVULSKY, 2021).

Por fim, o que chamou mais atenção, nessa primeira etapa, é justamente as porcentagens das categorias de preto quando comparadas a de brancos e pardos. Isso porque embora haja o entendimento conforme o IBGE que a população parda e preta é entendida conjuntamente como negra, as pessoas com a pele mais retinta acabam geralmente sofrendo mais exclusão no sistema político racial, processo conhecido como colorismo (DEVULSKY, 2021).

Assim, analisando abaixo a figura 1, pode-se perceber que a quantidade de pessoas autodeclaradas pretas é muito parecida tanto no recorte do Nordeste do censo de 2022 [13,4%] quanto no questionário geral aplicado na escola [13,5%]. Desse modo, entende-se que a EEM Dione Maria Bezerra Pessoa, de certa forma, tem um público de estudantes com perfil racial semelhante à população geral da região do Brasil da qual faz parte.

Figura 1 – Tabela comparativa entre o perfil racial dos estudantes com maiores e menores índices numéricos.

Estatísticas raciais EEM Dione Maria Bezerra Pessoa				
Comparativo entre os estudantes com os maiores e menores índices numéricos a partir de parâmetros de desempenho acadêmico, frequência e comportamento.				
Categorias raciais do IBGE	Censo 2022 Nordeste	EEM Dione Maria Bezerra Pessoa (565 entrevistados)	Estudantes com maiores índices numéricos (89 entrevistados)	Estudantes com menores índices numéricos (90 entrevistados)
Branco(a)	24,4%	28,7%	33,7%	25,8%
Pardo(a)	60,5%	48,7%	58,4%	42,7%
Preto(a)	13,4%	13,5%	6,7%	28,1%
Amarelo(a)	não informado	5,1%	0%	1,2%
Indígena	não informado	3%	1,1%	2,2%

Fonte: Produzido pelas autoras.

No entanto, quando se observa, na mesma tabela, a categoria de pretos entre os estudantes com maiores índices de nota, frequência e comportamento, esse número cai pela metade da média escolar e do Nordeste, chegando a 6,7%. Ao mesmo tempo, quando se olha para os estudantes com menores índices, têm-se 28,1% de estudantes pretos, o que representa mais que o dobro da média escolar e quase 5 vezes mais que a taxa entre os que têm os maiores índices.

Esse tipo de resultado se relaciona justamente visando mapear e investigar como o racismo estrutural e institucional se manifesta na escola. Isso porque esses dados mostram nitidamente que há uma grande diferença entre brancos e pretos nas categorias de estudantes com maiores e menores índices numéricos a partir de nota, frequência e comportamento e que isso é reflexo de uma instituição e sociedade racista. O fato de os estudantes pretos serem poucos entre os estudantes com maiores índices e muitos entre os menores não pode ser explicado simplesmente por falas ou atos preconceituosos na escola. Esses dados, na verdade, reafirmam a tese de Silvio Almeida (2019), a qual aponta que o racismo individual não é suficiente para explicar as desigualdades raciais. Eles reafirmam também a presença do racismo institucional e estrutural e confirmam a hipótese das autoras em investigar essas duas dimensões no ambiente escolar. Esses dados também saem do comum quando se pensa em racismo na escola, apontando algumas de suas raízes mais profundas.

Na segunda etapa da pesquisa, o foco era investigar possíveis desigualdades raciais presentes na eleição dos representantes estudantis da escola. A partir dos resultados dos questionários aplicados aos líderes e vice-líderes de cada turma foi possível construir a tabela 2 (figura 2), que pode ser vista abaixo.

Figura 2 – Tabela comparativa entre o perfil racial dos líderes estudantis.

Estatísticas raciais EEM Dione Maria Bezerra Pessoa Desigualdades na representação política estudantil				
Categorias raciais do IBGE	Censo 2022 Brasil	EEM Dione Maria Bezerra Pessoa (565 entrevistados)	Líderes e vice-líderes (36 entrevistados)	Deputados eleitos por raça/cor em 2022
Branco(a)	42,8%	28,7%	33,3%	72,2%
Pardo(a)	45,3%	48,7%	58,3%	20,8%
Preto(a)	10,6%	13,5%	5,6%	5,2%
Amarelo(a)	não informado	5,1%	2,8%	0,5%
Indígena	não informado	3%	0%	0,9%

Fonte: Produzido pelas autoras.

Nela podemos observar que, apesar de 13,5% dos alunos da escola se autodeclararem como pretos, apenas 5,6% ocupam os lugares de liderança estudantil. Porcentagem inclusive que se assemelha à dos deputados eleitos em 2022, em que apenas 5,2% dos parlamentares eleitos se consideram pretos. Já no que refere aos 58% de pardos que estão na liderança estudantil da escola, acredita-se pela vivência cotidiana e de heteroidentificação, durante o processo de entrevista, que realmente há vários líderes e vice-líderes pardos, no entanto, também percebemos como várias pessoas de pele clara, frequentemente lidas socialmente como brancas, também se autodeclararam pardas, o que poderia de certa forma comprometer ou diminuir essa porcentagem.

Esses dados revelam a presença do racismo institucional e estrutural na representação política da escola, já que, juntos esse grupo forma o grêmio estudantil, e se relacionam com o cenário nacional permeado de desigualdade racial quando se fala em política. Isso, de certa forma, traz a perspectiva de que o cenário de discrepância quanto ao perfil racial dos políticos eleitos se repete no ambiente escolar.

Na terceira etapa da pesquisa, focada nos professores, destaca-se o fato de 30% deles afirmarem não ter conhecimento sobre as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. A partir disso, é possível afirmar que há uma fragilidade na inserção da história e da cultura afro-brasileira e indígena no cotidiano docente, mesmo em uma escola que se autointitula antirracista. Essa omissão e desconhecimento geral novamente se relaciona com o racismo estrutural e institucional já citado, uma vez que esse percentual de professores que nunca leu ou ouviu falar sobre essas leis implica na não aplicação destas, o que permite que as estruturas racistas permaneçam. É nesse sentido, inclusive, que se constrói o termo "antirracista", uma vez que não basta não ser racista, é necessário se colocar ativamente contra esse sistema de poder

(RIBEIRO, 2019). A omissão por parte dos professores permite que as estruturas racistas permaneçam também na escola, sendo um indicativo de racismo institucional.

Por fim, no que se refere à parte prática da pesquisa, várias discussões vêm à tona. Iniciando pelo cine-debate do filme “A mulher rei” (Figura 3), as autoras perceberam muito interesse dos estudantes em participar da exibição e da discussão da obra, sendo necessário até estabelecer um limite de quantidade de pessoas que o ambiente suportava. Nas falas da discussão após a exibição, vários comentários foram no sentido de apontar nunca terem visto ou imaginado a representação da África de forma tão grandiosa. Nesse sentido, a exibição do filme vem como uma ação de educação antirracista, visando aplicar as leis estudadas e contribuir no combate dos dados que eram levantados e interpretados.

Figura 3 – Exibição do filme “A mulher rei”.



Fonte: Produzido pelas autoras.

Além disso, foi realizada uma reunião com o diretor, a coordenadora pedagógica, o professor coordenador das ciências humanas e as autoras do trabalho (Figura 4). Nesse encontro foi possível apresentar os dados coletados, debatê-los, ver fragilidades nas atividades escolares, bem como começar a planejar ações para o ano letivo de 2024. A exemplo disso, ainda em 2023 foi realizada a semana antirracista, em que todos os professores tiveram de relacionar seus conteúdos com a temática durante as aulas. Isso foi importante, porque a perspectiva da equipe docente antes da pesquisa das autoras era de realizar somente um pequeno evento no dia da Consciência Negra, com algumas apresentações culturais. Assim, esta pesquisa reafirmou diante dos professores a necessidade da aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e da discussão do racismo para além do dia 20 de novembro, o que infelizmente é a realidade de muitas escolas. Ademais, as autoras também apresentaram sua pesquisa na Jornada Pedagógica de 2024, reafirmando o compromisso da instituição com a pauta antirracista, diante dos antigos funcionários e dos que estavam chegando.

Figura 4 – Reunião com a gestão da escola.

Fonte: Produzido pelas autoras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar racismo estrutural e institucional na escola é uma tarefa muito desafiante, visto que desigualdades raciais às vezes não são tão explícitas, principalmente quando se visa ir além da dimensão individual. Os dados reafirmam a existência de várias dimensões do racismo, como aponta Silvio Almeida (2019), e mostram como a escola faz parte de uma sociedade estruturada em discriminações seculares.

Ressalta-se também a importância dessa temática tendo em vista dados alarmantes trazidos, como o comparativo racial entre os estudantes com maiores e menores índices numéricos a partir de nota, frequência e comportamento, a exclusão das lideranças estudantis, a omissão por grande parte dos professores em cumprir as leis citadas, dentre outros registrados no caderno de campo. É necessário conferir notoriedade a essa temática, tendo em vista ser muito recente sua discussão de forma mais abrangente. Nesse sentido, destacamos como até mesmo professores formados, com nível superior, não conhecem sobre o assunto nem leis que dizem respeito diretamente ao seu trabalho em sala.

Outro ponto destacável é a quantidade de transformações e ações que essa pesquisa trouxe para a escola das autoras. Foi uma discussão que não se restringiu a um pequeno grupo, nem mesmo ao campo teórico. Pode-se dizer que a escola inteira foi atingida pela pesquisa, já que a semana antirracista envolveu todos os professores e estudantes da instituição.

Para além disso, o pensamento é que essa pesquisa possa ser aprimorada e levada a outras instituições de ensino, públicas e privadas. Essa proposta vem no sentido de que se a EEM Dione Maria Bezerra Pessoa vivencia o racismo estrutural e institucional, tem-se a hipótese de que outras escolas tenham situações

semelhantes ou contrastantes dependendo do público que atendam. Nesse sentido, o combate ao racismo é um dever de todos, principalmente da escola, visto que é uma instituição que reproduz esse tipo de discriminação ao mesmo tempo que pode lutar de forma antirracista na construção de um mundo plenamente justo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, *Silvio Luiz de*. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALTMICKS, Alfons Heinrich. Paradigmas da pesquisa em educação no Brasil. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, v. 14 n. 2, p. 384-397, maio-agosto de 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/4654>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Número de deputados pretos e pardos aumenta 8,94%, mas é menor que o esperado**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911743-numero-de-deputados-pretos-e-pardos-aumenta-894-mas-e-menor-que-o-esperado/>. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cor ou raça**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%20C3%A1%20outras%20provid%20%C3%Aancias. Acesso: 08 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 08 out. 2023.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROPPO, Luís Antonio; MARTINS, Marcos Francisco. **Introdução à pesquisa em educação**. São Paulo, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Brasil. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Brasília: MEC/Secadi, 2005, p. 39-62.

MESQUITA, Tayná. **Exclusão escolar racializada: implicações do racismo na trajetória de educandos da EJA**. 1º ed. Jundiaí, SP. Paco Editorial, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário.** Cor e raça na sociedade brasileira. 1ª - ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.